

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.723 - DF (2019/0127635-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **L R DA R M**  
**ADVOGADO** : **LUIZ FERNANDO MOUTA MOREIRA - DF018275**  
**AGRAVADO** : **AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**  
**ADVOGADOS** : **ROBERTA DE ALENCAR LAMEIRO DA COSTA - DF017075**  
                  **GUSTAVO STREIT FONTANA - DF021404**  
                  **BRUNA LOBO GUIMARAES - DF034831**  
                  **MARCELA GOMIDE NETO DE PAULA - DF036957**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto por L. R. DA R. M. contra decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 414/415).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 373):

AGRAVO INTERNO. CONTAGEM DE PRAZO. TEMPESTIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE.

1. O fato de constar na capa dos autos data diversa do termo final para interpor o recurso cabível, não autoriza a parte a interpor recurso fora do prazo, uma vez que cabe ao advogado realizar a contagem dos prazos recursais conforme a legislação pertinente.
2. Recurso conhecido e desprovido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 381/388), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a parte recorrente alegou violação dos arts. 5º, 152, V, 197 e 223, § 1º, do CPC/2015, devendo ser considerado tempestivo o recurso ao se fazer constar na capa dos autos o prazo final para sua interposição, havendo, ainda, confirmação da tempestividade do recurso pela secretaria.

No agravo (e-STJ fls. 417/423), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Houve contraminuta (e-STJ fls. 426/432).

É o relatório.

Decido.

Acerca da tempestividade do recurso, os julgadores assim esclareceram (e-STJ fl. 376):

Conforme já me manifestei, a sentença foi disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico dia 21/02/2018 (fl. 246), no entanto o advogado da parte autora fez carga dos autos no dia 20/02/2018 (fl. 247).

Dessa forma, o prazo para interposição de recurso começa a ser contado a partir do dia útil seguinte da data em que as partes são intimadas ou têm ciência da decisão ou da sentença. No caso em tela, a ciência pela parte autora deu-se por carga dos autos no dia 20/02/2018, terça-feira, com início da contagem do prazo no dia 21/02/2018, quarta-feira.

O fato de constar na capa dos autos data diversa, não autoriza a agravante a interpor recurso fora do prazo, uma vez que cabe ao advogado da parte realizar a contagem dos prazos recursais conforme a legislação pertinente.

Ademais, agravante alega que foi certificada a tempestividade do seu recurso, no entanto a certidão de fl. 262 atesta a juntada da apelação, o juízo de admissibilidade do respectivo recurso é feito pelo Tribunal, conforme dispõe o artigo 1009, §3º do Código de Processo Civil.

Portanto, a contagem do prazo para a interposição da apelação interposta em face da sentença de fls. 243/244 teve seu termo inicial no dia 21/02/2018, quarta-feira e, final, no dia 13/03/2018, terça-feira, tendo em vista o prazo de 15 (quinze) dias disposto no artigo 1003, §5º do Código de Processo Civil, o qual será contado na forma do artigo 219 do mesmo diploma processual civil.

O recurso somente foi interposto dia 15/03/2018, após o termo final.

Com efeito, havendo retirada dos autos em cartório, o prazo recursal é contado a partir dessa data. Anotem-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. PROLAÇÃO DE SENTENÇA. CARGA DOS AUTOS ANTERIORMENTE À PUBLICAÇÃO NO ÓRGÃO OFICIAL DE IMPRENSA. CIÊNCIA INEQUÍVOCA. INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO. INTEMPESTIVIDADE DA APELAÇÃO. PRAZO PARA APELAR. PARTE REPRESENTADA POR ADVOGADOS DIFERENTES DO MESMO ESCRITÓRIO. AUSÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO. INAPLICABILIDADE DO PRAZO EM DOBRO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento de que a carga dos autos pelo advogado da parte, antes de sua intimação por meio de publicação na imprensa oficial, enseja a ciência inequívoca da decisão que lhe é adversa, iniciando a partir daí a contagem do prazo para a interposição do recurso cabível. Precedentes.

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.483.050/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2019, DJe 3/10/2019.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA DECISÃO. ANTERIORIDADE DA PUBLICAÇÃO. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de considerar a parte regularmente intimada quando faz carga dos autos, passando a partir daí a correr o prazo para interposição do recurso de apelação, independentemente de publicação no Diário Oficial.

3. Na hipótese, a apelação é extemporânea, haja vista inexistir dúvida quanto à retirada dos autos pela autora, representada por sua advogada, antes da publicação da sentença.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.565.850/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2018, DJe 14/8/2018.)

Além disso, "compete ao advogado acompanhar o trâmite processual do feito sob sua responsabilidade, inclusive no que diz respeito à correta contagem do prazo recursal" (RCDESP no AgRg no Ag n. 1.329.972/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 1º/3/2011, DJe 21/3/2011).

Diante do exposto, NEGOU PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o

# *Superior Tribunal de Justiça*

valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator